

ATA N° 01/2003

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e três, com início as 14:30h na Sede da Estação Ecológica do Taim com a presença da Sra Gerente Executiva do IBAMA RS e demais convidados constantes na lista de presença, teve início a primeira reunião do Conselho Consultivo da ESEC Taim. O Administrador da ESEC, Amauri de Sena Motta saudou os presentes e leu a nominata das instituições que compõe o Conselho Consultivo da ESEC Taim conforme portaria 020/03 do IBAMA. Dando início aos trabalhos o presidente do conselho sugeriu a aprovação da minuta do regimento interno do conselho consultivo que havia sido entregue anteriormente aos conselheiros. Devido a manifestação de não recebimento da minuta por parte de alguns conselheiros, ficou acordada a retirada desse assunto da pauta de reunião. Passada a palavra a Gerente Executiva do IBAMA RS, Dra Maria Cecilia Hypolito, esta saudou aos presentes manifestando seu posicionamento sobre a questão da pauta. Comunicou aos presentes que o Administrador atual da Estação, Amauri Motta permanecerá no atual cargo dando, portanto, continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo. Convocou a comunidade para fazer parte das tomadas de decisões referentes a esta unidade através do Conselho Consultivo e salientou que o Governo Federal tem uma preocupação muito grande com o ecossistema não só da região como de todo o país. O Administrador Amauri Motta explicou que quando elaborou a pauta da reunião do conselho, constava discussão do projeto de ampliação da Estação Ecológica do Taim, mas que devido a publicação do Decreto de ampliação da mesma em 05 de junho de 2003, o enfoque da reunião passa a ser de explicação sobre a nova poligonal da unidade de conservação. Comprometeu-se com os presentes que as tomadas de decisões serão sempre avaliadas pelos membros do Conselho após ampla discussão. Perguntado porque a Câmara de Vereadores de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar não foram convidadas a participar da reunião o Administrador colocou que entende que ao convidar as Prefeituras destes municípios, acredita que a comunidade está sendo politicamente representada. A seguir foram colocados alguns descontentamentos por parte dos presentes que levantaram a necessidade da comunidade ser ouvida e que não estavam vendo esta possibilidade. O Chefe da ESEC colocou que a comunidade poderia se manifestar e expor os seus anseios nesta reunião, mas que os Conselheiros nomeados na portaria é que tem o direito a voto. A Gerente Executiva do IBAMA comunicou aos presentes que solicitou audiência com o Sr. Governador do Estado, quando pretende discutir o retorno de arrecadação do ICMS ecológico aos municípios que tiveram aumentado suas áreas de preservação. O prefeito de Rio Grande fez a proposição que o IBAMA analise mais minuciosamente o documento a ser discutido e coloque o que não pode ser alterado e o que é passível de alteração para só então discutir com o Conselho e a comunidade. O Administrador da ESEC, explanou sobre as áreas que farão parte da Estação Ecológica do Taim, salientando que as florestas de essências exóticas plantadas no cordão costeiro marinho e que se encontram dentro da poligonal e que até o momento não estão sendo manejadas, terão autorização para proceder o manejo, pois não existe interesse em preservá-las por serem de essências exóticas, portanto estranhas ao ambiente natural. O maciço florestal de propriedade da Trevo Florestal Ltda, que esta em pleno manejo e oferecendo postos de trabalho e arrecadação de tributos, ficou fora da poligonal da ESEC e deve continuar suas atividades, devendo apenas atentar para a obrigação de obtenção de licença ambiental, assim como as serrarias que se localizam na zona de amortecimento. Os presentes manifestaram a preocupação que o plano de manejo não seja

discutido com a comunidade, vindo a ser imposto pelo IBAMA. Foi assumido o compromisso que este não será imposto, mas discutido com a comunidade. A seguir foram colocadas pelos presentes suas preocupações referentes à utilização da área em questão até que o plano de manejo seja implantado tendo sido orientados que até a elaboração do plano de manejo serão seguidas as regras vigentes até então. O representante da FEPAM – Sr. Geremias colocou que os licenciamentos, que até o momento constam como cadastro simplesmente, serão efetivamente licenciados este ano. Vereador do município de Rio Grande fez comentários sobre o pronunciamento do Presidente da República sobre o incremento da pesca sugerindo que para o modelo da região se adotasse criadouros de animais silvestres como forma de agregar maior valia a população local. O Chefe da ESEC Taim colocou o reconhecimento manifestado por integrantes da comunidade do entorno da Lagoa Mangueira ao trabalho de preservação realizado pela Estação Ecológica naquela região salientando que os pescadores não serão prejudicados com o aumento da área da ESEC, uma vez que a nova poligonal protege os criadouros de peixes localizados na margem leste da lagoa mangueira, e assim as espécies que lá ocorrem aumentarão sua população, ofertando um maior estoque de peixe que serão capturados pelos pescadores quando migrarem/deslocarem no interior da lagoa, continuou dizendo que com a nova poligonal, considera satisfatória a proteção referente aos estoques pesqueiros, motivo pelo qual estará solicitando ao IBAMA a alteração da Portaria que proíbe a pesca na Estação Ecológica do Taim, pedindo a exclusão da proibição da pesca nos quinhentos metros no contorno da ESEC. O Prefeito Municipal de Rio Grande sugeriu que o IBAMA juntamente com o Conselho reúnam-se para fazer um esboço do que está sendo proposto e o que pode ser modificado para então após ser levado a comunidade as proposições para mudanças. O Prefeito de Santa Vitória do Palmar argumentou que o aumento da área da ESEC se deu em sua maior parte na área do seu município, por tanto solicita uma maior representação no Conselho. Com relação a preocupação demonstrada pelos presentes sobre a indenização das terras que serão desapropriadas o Gerente da ESEC colocou que os recursos para tal serão provenientes da compensação ambiental estipulada para a Hidrelétrica de Foz do Chapecó, e que nenhum proprietário terá que deixar duas terras antes do recebimento da indenização prevista, após avaliação documental. Os moradores das comunidades presentes reclamaram da falta de sua participação nas decisões referente a ampliação da ESEC e que os órgãos públicos tentarão reverter esta situação. O Vereador Charles Saraiva, por não concordar com o que determina o decreto retirou-se da reunião. O Prefeito de Santa Vitória do Palmar demonstrou sua preocupação com a elaboração do plano de manejo e com a diminuição do recolhimento de imposto por seu município devido à desapropriação das terras em questão, propôs que enquanto não seja elaborado o plano de manejo, seja orientado quanto aos procedimentos que podem ser realizados nestas áreas. A gerente executiva do IBAMA/RS manifestou que as reuniões do Conselho deverão ser realizadas na ESEC e que a sua presença tem o objetivo de garantir que as proposições para o plano de manejo serão apreciadas pelo Conselho. Referindo-se ao Decreto informou que as proposições indicadas neste, já estavam sendo estudadas no governo anterior e que foram aprimoradas no atual. O Gerente da ESEC demonstrou sua preocupação que o regimento interno do Conselho seja aprovado o mais rápido possível para atender ao prazo estipulado na Portaria. O Prefeito de Rio Grande sugeriu que o decreto seja mais amplamente estudado para depois ser discutido demonstrando preocupação com o complexo da Lagoa Mirim e Mangueira. Passando para o próximo item da pauta, o representante do DNIT – Eng. Vladimir Casa falou sobre a BR 471 que

corta a ESEC, justificando que o DNER, órgão responsável anteriormente pelas rodovias foi extinto e que o DNIT foi criado somente no papel, ocasionando um atraso operacional nas atividades e que por medidas governamentais os repasses orçamentários estão sendo efetivados somente agora e que as licitações estão sendo refeitas. Alertou que a BR 471 tem que passar por um processo de licenciamento ambiental, mas a previsão é que na primeira quinzena de julho algumas providências sejam tomadas no sentido de recuperar esta rodovia que esta com transito comprometido no trecho da ESEC, devido a erosão do talude e queda de parte do acostamento ocasionados pelas cheias. O Sr. Raul Cavedon manifestou que desde 1998, conforme publicação no Diário Popular de Pelotas e Correio do Povo, houve manifestação do extinto DNER quanto a recuperação das margens da BR 471 trecho da ESEC do Taim e até a presente data pouco foi feito. O Gerente da ESEC, encerrando a reunião, convocou os Conselheiros a participarem da próxima reunião que será marcada oportunamente. Nada mais foi tratado e eu, Elisabeth Milheira Pontes lavrei a presente ata.